



BOLETIM INFORMATIVO DA PARÓQUIA DE SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS

Director: Pe. Frei Ricardo Rainho, O.Carm. -- ANO IX - II Série -- Nº. 67 -- Dezembro de 2002

**XXV ANIVERSÁRIO DO AGRUPAMENTO 495
DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS
12-12-1977 ————— 12-12-2002**

EDITORIAL

"Os escuteiros, do Corpo Nacional de Escutas (CNE), querem viver integralmente o Escutismo, como estilo de vida proposto por Baden-Powell, em fraternidade e de forma criativa, à luz de Jesus Cristo e do Evangelho. O CNE privilegia o contacto com a Natureza e promove o respeito do escuteiro por si próprio e pelos outros. A vida em pequenos grupos e o compromisso pessoal são elementos fundamentais do método escutista que se desenvolve na acção, na responsabilidade de cada um e no serviço aos outros, começando em casa."

Este pequeno texto encontramos-lo no Programa Pastoral da nossa Paróquia, quando se fala dos *Movimentos e Grupos*, e pretende, sinteticamente, definir o que é o *Escutismo*. Estas palavras encarnam o espírito que motivou Robert Baden-Powell, um militar inglês, ao fundar o escutismo no início do século XX e que depois se foi difundindo pelo mundo inteiro, chegando a Portugal e posteriormente à nossa Paróquia em 1977, onde a 12 de Dezembro foi fundado oficialmente o 495º Agrupamento do CNE.

Celebrar estes 25 anos de vida é em primeiro lugar recordar todos aqueles que desde a primeira hora fizeram a história deste Agrupamento. Todos aqueles que das mais variadas formas tentaram realizar nesta comunidade o projecto e o ideal que animou o fundador do escutismo. E foram muitos aqueles que passaram por este Agrupamento: centenas de crianças, adolescentes, jovens e adultos. De certeza que a passagem de todos eles pelo escutismo os marcou definitivamente para toda a sua vida pois, independentemente de hoje já não fazerem parte do movimento, continuarão ainda a orientar as suas vidas, ou pelo menos a recordar, os valores e princípios que lhes foram transmitidos no escutismo. A todos eles se deve a existência do Agrupamento, de um modo particular àqueles jovens e adultos que enquanto dirigentes, deram muito do seu tempo na educação e formação dos mais novos, na certeza de que hoje se sentem muito mais enriquecidos por terem prestado esse serviço porque *"quanto mais se dá mais se recebe"*.

A vida e o caminho de qualquer instituição ou grupo é feita de altos e baixos, de tempos áureos e tempos de crise. Este agrupamento não é excepção. Pois do que conheço e do que me foi transmitido também estes 25 anos foram marcados por essa alternância existencial, no fundo porque nem sempre é fácil viver e assumir na sua profundidade e radicalidade o que move o escutismo, nas suas mais diversas áreas e dimensões e porque não é fácil formar e educar e ainda muito mais difícil é testemunhar... Mas se olharmos para o passado, se ouvirmos os testemunhos dos que por cá passaram, veremos que o balanço desta história é extremamente positivo e que os anos, poucos ou muitos, passados e vividos no Agrupamento ocupam um lugar importante na vida de todos os que dele fizeram parte e por outro lado o Agrupamento é parte integrante e fundamental da vida da Paróquia e da comunidade de Santo António dos Cavaleiros.

Celebrar 25 anos de vida é olhar para o presente e a realidade que somos, dos desafios que temos diante de nós, do futuro que queremos continuar a construir, na linha e na continuidade do testemunho que recebemos, com o entusiasmo, esforço e dedicação daqueles que há 25 anos iniciaram este projecto, continuando, hoje tal como ontem, a acreditar que vale a pena viver e lutar por este ideal que animou Baden-Powell, que hoje continua válido e com a mesma máxima de sempre:

"SEMPRE ALERTA PARA SERVIR"

Pe. Ricardo Rainho, O. Carm.

XXV ANIVERSÁRIO DO AGRUPAMENTO 495 DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS

Programa das Celebrações

12 de Dezembro de 2002

❖ 21,00 h – Vigília

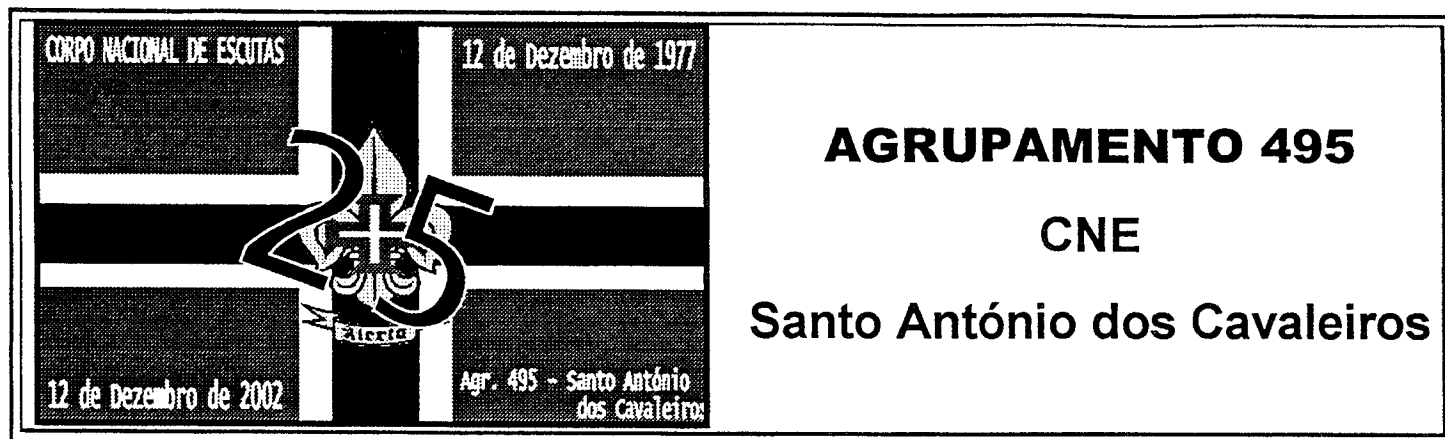
14 de Dezembro de 2002

- ❖ 14,00 h – Jogo de Pista para actuais e antigos Escuteiros
- ❖ 18,30 h – Celebração Eucarística. Preside o Bispo Auxiliar de Lisboa, D. José Alves
- ❖ 20,00 h – Jantar
- ❖ 21,30 h – Sessão Comemorativa.

Se foste Escuteiro deste Agrupamento. Vem e celebra connosco!

Se não foste mas conheces alguém que foi. Convida-o

Entra-te ao largo!... À tua palavra, lançarei as redes! (cf. Lc 5, 4s)



Na realização dum projecto temos que contar sempre com várias etapas:

- ❖ os alicerces;
- ❖ os toscos;
- ❖ os acabamentos;
- ❖ a utilização.

São todos eles unidos que tornam o projecto realizável e útil.

Pediram-me um testemunho sobre o início dos Escuteiros (CNE) em Santo António dos Cavaleiros.

Com a alegria inicial, aquando da criação oficial do Vicariato de Santo António dos Cavaleiros, em 15 de Agosto de 1972, começaram a aparecer ideias, iniciativas e sonhos acalentados nos habitantes e nos responsáveis desse início. Embora a preocupação primeira fosse, em todos, o edifício material da Igreja, tínhamos bem presente que era preciso criar, antes, o edifício espiritual, bem conscientes de que todo esse trabalho corresponderia aos alicerces, para sempre soterrados no tempo, e que, assim, continuariam a cumprir a sua missão.

A catequese; os grupos de jovens; a preparação dos Baptismos e Casamentos; a vivência dos Sacramentos - sobretudo a Eucaristia -; as aulas de Religião e Moral na Escola Carolina Michaelis; o grupo bíblico das sextas-feiras foi as "sapatas" sobre as quais surgiram os pilares da Comunidade.

Os sacerdotes, animadores da Comunidade, sempre se preocuparam em trabalhar em unidade e, embora um se encarregasse mais directamente de algumas tarefas do que doutras, sabia que contava sempre com o apoio do outro.

Assim, dentro da Pastoral Juvenil, surgiu a ideia da fundação do escutismo. Apoiada pela equipa, começou por se criar o espírito escutista, sempre atrasando a tentativa de «pôr o carro à frente dos bois», isto é: "farda", "oficialização do agrupamento",...

Assim fomos trabalhando uns bons três anos, aproveitámos o recinto da Escola para as actividades, uma vez que não havia espaço para a sede.

Foi trabalho árduo mas gratificante. Creio que todos sem excepção fariamos tudo de novo, se preciso fosse, com a mesma alegria, simplicidade e sacrifício de então. Conscientes de que a nossa missão era em tudo, e também no escutismo, a de «alicerces», nem o Frei Elias (substituído em 1975), nem o Frei Henrique Seiger (abruptamente chamado para a Glória do Pai), nem eu (que entretanto fui para o Seminário do Sameiro), participámos na "oficialização" do agrupamento, embora a tivéssemos preparado.

As obras são assim.

No que me diz respeito, sinto-me muito feliz por tudo o que se realizou nos primeiros tempos do Vicariato e, hoje, pelo escutismo, e faço votos para que nunca se perca o verdadeiro espírito, mesmo no meio de todas as facilidades.

Que todos os que passaram pelo Escutismo de Santo António dos Cavaleiros se possam regozijar no céu, ou na terra, com as comemorações do 25º (ou 28º) aniversário do Agrupamento.

Pe. Chico

Faz-te ao largo!...

A tua palavra, lançarei as redes! (cf. Lc 5, 4s)



O QUE É O ESCUTISMO



O movimento escutista deu os primeiros passos em 1907 quando um militar inglês - Robert Stephenson Smyth Baden-Powell (carinhosamente conhecido por BP) - adaptou os seus métodos de observação e exploração militar à formação dos jovens, após ter realizado um acampamento experimental na Ilha de Browsea com duas dezenas de rapazes de todas as classes.

Este acampamento foi tão bem sucedido que resolveu escrever tudo o que tinha ensinado à volta do "Fogo de Conselho" tendo nascido o livro *Escutismo para Rapazes*.

Em Portugal, o escutismo iniciou-se em 1911 existindo actualmente três associações: o Corpo Nacional de Escutas (Escutismo Católico Português), a Associação dos Escoteiros de Portugal e a Associação das Guias de Portugal.

Mas, muitas vezes, perante a presença de um grupo de escuteiros coloca-se a pergunta: "Afinal, o que é o escutismo?"

O Escutismo procura ser um método educativo que possibilita aos jovens o seu desenvolvimento físico, intelectual, social e espiritual, privilegiando o contacto com a natureza como elemento fundamental para esse desenvolvimento.

"E de que forma?"

Agregando os jovens em pequenos grupos, de acordo com as suas idades, dando origem ao aparecimento dos bandos de Lobitos (até aos 10 anos), das patrulhas de Exploradores (até aos 14 anos), equipas de Pioneiros (até aos 18 anos) e equipas de Caminheiros (até aos 22 anos).

Integrados nestes pequenos grupos os jovens aprendem a viver em comunidade e a respeitarem-se mutuamente, a serem disciplinados e a assumirem responsabilidades. Todos os elementos têm as suas funções: guia, sub-guia, tesoureiro, secretário, socorrista, animador, repórter, etc., sendo imprescindível que as conheçam e executem para o bem comum do grupo.

Pretende-se ainda que o jovem desenvolva as suas capacidades pessoais existindo um grande número de áreas onde se pode "especializar": nadador, cantor, fotógrafo, ciclista, botânico, carpinteiro, acólito, etc.. São as chamadas insígnias de competência.

"E a integração na comunidade?"

Praticar diariamente uma Boa Acção é o lema do escuteiro que, integrado numa comunidade, é visto muitas vezes a participar em acções comunitárias: recolha do banco alimentar, apoio a idosos e a deficientes, actividades de preservação da natureza, etc., procurando assim desenvolver e enraizar um espírito de serviço e de ajuda ao próximo.

"E o crescimento na fé?"

Sendo o Corpo Nacional de Escutas um movimento de igreja, o desenvolvimento e amadurecimento da fé deve constituir um dos pilares fundamentais da acção do movimento junto dos jovens, que se realiza através da frequência da catequese, da estimulação da prática da oração individual e da vivência de acordo com os mandamentos de Deus.

"O Escutismo é um movimento cuja finalidade é educar a próxima geração como cidadãos úteis e de vistas largas. A nossa intenção é formar Homens e Mulheres que saibam decidir por si próprios, possuidores de três dons fundamentais: Saúde, Felicidade e Espírito de Serviço". *Baden-Powell*.

"Mocho Alegre"

Faz-te ao largo!

A tua palavra, lançarei as redes! (cf. Lc 5, 4s)

DO ADVENTO AO NATAL

O advento é o tempo litúrgico que antecede o Natal. São quatro semanas nas quais somos convidados a esperar Jesus que vem. Por isso é um tempo de preparação e de alegre espera do Senhor. Nas duas primeiras semanas do advento, a liturgia convida-nos a vigiar e esperar a vinda gloriosa do Salvador. Nas duas últimas, recordando a espera dos profetas e de Maria, prepara-nos mais especialmente para celebrar o nascimento de Jesus em Belém.

Até um tempo atrás associava-se o Advento com o tempo da Quaresma, tempo que se caracteriza pelo jejum e penitência. Mas na verdade, o advento é um tempo de alegre esperança da chegada do Senhor. Podemos, desta forma, compará-lo aos preparativos de uma festa de aniversário. Se uma festa de aniversário é motivo de grande alegria e felicidade os momentos que a antecedem são também eles de alegria e grande satisfação.

Jesus vem e isso é motivo de muita alegria.

Na verdade, Jesus já veio e virá uma segunda vez. Esse é o ensinamento da Igreja. Mas o nosso encontro com Jesus que vem, acontece todos os dias. Jesus vem até nós, muitas e de variadas formas. Chega até nós na pessoa dos nossos irmãos e irmãs, de um modo especial nos mais pobres e humildes, assim como em tantas formas de presença onde o Cristo ressuscitado vem até nós, na oração, na celebração litúrgica e quando nos reunimos em seu nome. O nosso encontro definitivo com Jesus dar-se-á quando participamos com Ele na sua glória, no seio da Santíssima Trindade. Por isso, nós os cristãos, somos convidados a viver num constante advento, antecipando, na nossa frágil e muitas vezes curta história, esse encontro definitivo.

Durante este tempo do Advento somos também muitas vezes "bombardeados" pelos valores ou melhor, desvalores de uma sociedade consumista em que vivemos. Neste sentido, tenhamos presentes as palavras que o D. Jorge Ortiga, Arcebispo de Braga, escreve para este tempo do Advento: "o Advento deve tornar-se momento sério, com um dinamismo de vida mais intenso e profundo, não vamos permitir que a sociedade de consumo o banalize"

Neste sentido, e para tornarmos mais celebrativas as nossas liturgias neste tempo, podemos usar o símbolo da coroa do Advento que é feita de ramos sempre verdes que simbolizam a natureza do amor de Deus para com todos os povos e as quatro velas que sendo acesas uma cada domingo do Advento simbolizam a luz de Deus que vai aumentando cada vez mais em nós.

Com este tempo do advento inauguramos o "ciclo do Natal" que se estende até à Epifania.

Neste espírito de alegre esperança no Senhor que vem, aproximamo-nos pouco a pouco do grande acontecimento que é o Natal.

Jesus nasce no meio de nós.

A graça de Deus manifesta-se no meio de nós de tal forma que "Deus amou o mundo de tal maneira que deu seu único filho, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (João 3:16). Deus deu o que ele tinha de melhor, que foi o seu filho, para oferecer perdão e liberdade à humanidade.

Porém a festa de Natal só começou a ser celebrada pelas comunidades cristãs depois do século IV.

Quando o cristianismo entra em contacto com a cultura e a religião romanas encontra aí uma festa religiosa para o "*Sol Invicto*", que era celebrada no dia 25 de Dezembro. Os cristãos, ao lerem os profetas encontravam textos que falavam da "*luz radiante que brilhará nas trevas*". Não foi difícil, desta forma, associar e substituir a festa do Sol pela comemoração do nascimento de Jesus. Daí em diante, todos os anos, havia uma festa grande chamada Natal.

Hoje, infelizmente, os media usam o Natal para vender, vender e só vender. Não se imagina uma festa de Natal sem um presente. Nós como comunidade cristã devemos estar atentos para não entrarmos no "jogo" do comércio e revestir os locais da celebração com os mesmos símbolos que não significam mais nada, a não ser vender algum produto.

No meio disto tudo podemos nos perguntar qual é a importância de celebrar o nascimento de Jesus todos os anos.

Ao celebrarmos verdadeiramente o Natal estamos a alimentar e a fortalecer a nossa fé. É o renascimento constante da força de Cristo em nós. Simboliza o amor ao próximo.

O próprio presépio que construímos todos os anos simboliza toda a acção da encarnação do Filho de Deus na nossa história.

Como no Natal a expressão mais ouvida é "oferecer presentes" vamos nós também oferecer presentes e o melhor presente que podemos oferecer hoje em dia é o nosso coração convertido, preocupado com todos aqueles que lutam pela sobrevivência. Só neste espírito é que podemos celebrar plenamente o Natal que significa buscar sempre algo de novo.

Frei Fernando Araújo

Então ao largo!

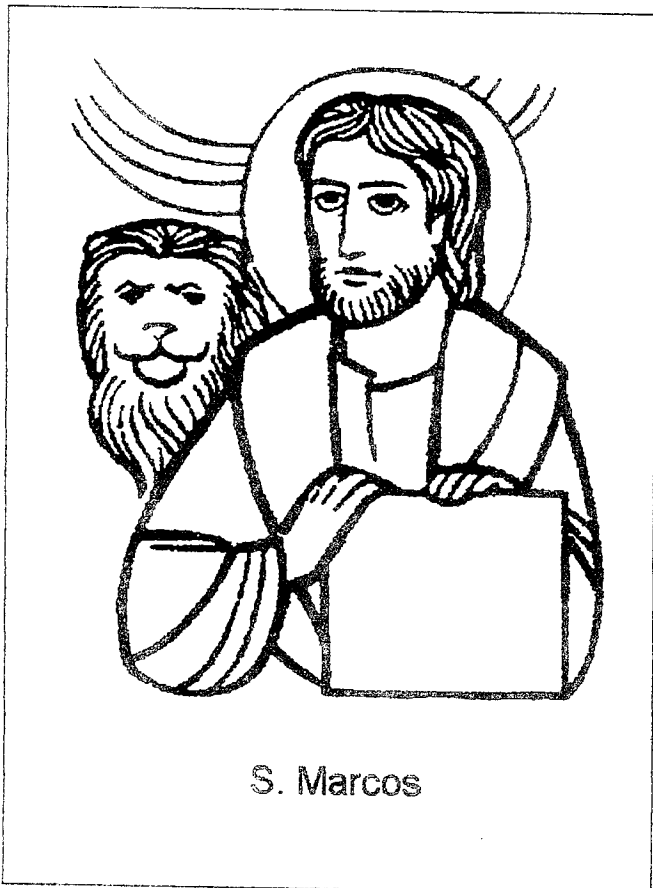
A tua palavra, lançarei as redes! (cf. Lc 5, 4s)

S. MARCOS EVANGELISTA

No dia 1 de Dezembro iniciamos o novo ano litúrgico, a que chamamos Ano B e o evangelista que nos vai acompanhar mais de perto nesta caminhada ao longo do ano é Marcos.

A tradição antiga atribui este Evangelho a Marcos, identificado como João Marcos, filho de Maria. Com Barnabé, seu primo, Marcos acompanha Paulo durante algum tempo na primeira viagem missionária.

Marcos terá escrito o Evangelho pouco antes da destruição de Jerusalém, que aconteceu no ano 70.



S. Marcos

O Evangelho de Marcos foi o primeiro a ser escrito e reflecte a catequese que Pedro, testemunha presencial dos acontecimentos, espontâneo atento, à sua comunidade de Roma.

É o mais breve de todos os evangelhos e assemelha-se muito a um relato tipo jornalista.

Marcos escreveu o seu Evangelho para responder à pergunta «Quem é Jesus?». O evangelista, porém, não responde a isso directamente. Ele apenas relata a prática ou actividade de Jesus, deixando que o leitor chegue por si mesmo à conclusão de que Jesus é o Messias, o Filho de Deus. Portanto, na leitura de Marcos, o importante é estar atento ao que Jesus faz.

Toda a actividade de Jesus é o anúncio e a concretização da vinda do Reino de Deus.

O livro de Marcos é apenas o começo da Boa Notícia, ou Evangelho. O autor deixa claro que a sua obra não está completa e que, para chegar ao fim, supõe que o leitor tome uma posição: continuar o livro através da sua própria vida, tornando-se discípulo de Jesus. Como discípulo, o leitor deve chegar a uma decisão, isto é, reconhecer Jesus como o Messias que leva à plenitude da vida e aceitar o seu convite, indo ao encontro do Ressuscitado na Galileia. O pedido que fica no ar é o de nós continuarmos no tempo presente a actividade de Jesus, através de uma prática que faça renascer continuamente a esperança da vinda do Reino.

O Jesus de Marcos, mais do que em qualquer outro Evangelho, revela-se profundamente humano, de contrastes por vezes desconcertantes: é acessível (8, 1-3) e distante (4, 38-39); acarinha (10, 16) e repele (8, 12-13), impõe segredo acerca da sua pessoa e do bem que fez e manda apregoar o benefício recebido.

Tal como nos outros evangelistas, Marcos apresenta-nos a pessoa de Jesus e o grupo dos discípulos como o primeiro modelo da Igreja.

1117 Toneladas para a Fome

Durante o fim de semana de 30 de Novembro e 1 de Dezembro, os Bancos Alimentares Contra a Fome recolheram cerca de 1117 toneladas de géneros alimentares na campanha realizada em cerca de 370 superfícies comerciais das zonas de Abrantes, Aveiro, Coimbra, Évora, Lisboa, Porto, Ponta Delgada, Setúbal e Cova da Beira.

Com este resultado, os dadores mostraram que *“basta um pequeno e simples gesto de quem pode para minorar as carências de quem precisa de ajuda para se alimentar”* – refere um documento conclusivo desta campanha do **Banco Alimentar Contra a Fome**. Este sucesso teve um contributo essencial dos 8000 voluntários participantes, entre os quais se encontravam vários da nossa Paróquia, que ajudaram na recolha e transporte destes alimentos que serão distribuídos *“para 920 Instituições de Solidariedade e cerca de 179 mil pessoas com carências”*, muitas delas pertencentes à nossa comunidade de Santo António dos Cavaleiros.

Segundo um estudo da União Europeia, uma significativa percentagem da população portuguesa vive abaixo do limiar da pobreza. Um estudo que justifica a quantidade de alimentos que os nove bancos alimentares contra a fome distribuíram o ano passado: *“10206 toneladas de alimentos que corresponde a um movimento diário de 42, 7 toneladas”*. Um contributo que pode ajudar a matar a fome a muita gente.

Enz-te ao largo!

A tua palavra, lançarei as redes! (cf. Lc 5, 4s)

“O PRESBÍTERO, PASTOR E GUIA DA COMUNIDADE PAROQUIAL”

A Congregação do Clero acaba de publicar a instrução “O presbítero, pastor e guia da comunidade paroquial”. Centra-se especialmente na figura e missão do pároco. O documento apresenta-se com o objectivo de “dar mais impulso ao ministério sacerdotal na Igreja particular, especialmente na paróquia” (n.º 4), ou, por outras palavras, “oferecer uma ajuda, um encorajamento e um estímulo ao ministério pastoral dos presbíteros no cuidado paroquial” (n.º 29).

A motivação vem tanto das circunstâncias actuais da vida da sociedade e da Igreja como das exigências da nova evangelização. Umas e outras tornam necessária e urgente “a união de todas as forças eclesiais para responder às insidias de que são alvo o sacerdote e o seu ministério” (n.º 29).

Ao longo do texto são mencionados os factores que tornam difícil e podem mesmo esvaziar o ministério sacerdotal: “o vento da secularização torna árido o terreno em que se semeou com relevantes e diuturnos esforços” e “tende a homologar o sacerdote nas malhas das suas categorias de pensamento, despojando-o da sua essencial dimensão mistérico-sacramental”. Internamente, há os “perigos como os da burocratização, do funcionalismo, do democratismo, da planificação mais empresarial do que pastoral”. Nesta situação, “o presbítero pode ser oprimido por uma acumulação de estruturas nem sempre necessárias, que acabam por sobrecarregá-lo, com consequências negativas tanto sobre o estado psico-físico como sobre o espiritual” (n.º 29). A Instrução vem assim reforçar a identidade do pároco como ministro ordenado de Cristo e da Igreja, e clarificar as prioridades que deve assumir na vida e na sua missão. Tais prioridades assentam no “primado da espiritualidade e do culto divino”, em ordem a promover e a manter a unidade dos fiéis com Cristo e de todos entre si, na comunidade paroquial e com a Igreja Particular e Universal.

No quadro mencionado e tendo em conta que tem crescido a participação dos fiéis leigos em diversos ministérios e outras tarefas na paróquia, havendo mesmo de entre eles quem tenha assumido responsabilidades paroquiais, com risco de confusão sobre o fundamento e as competências do pároco, a Instrução pretende tornar claro para todos que a missão de pároco só pode ser desempenhada pelo presbítero, que recebeu o sacramento da Ordem. Nem mesmo o diácono pode ser pároco, embora deva cooperar com ele. A participação dos diáconos e de outros fiéis não ordenados é subsidiária e colaboração com o ministério pastoral, dentro dos “limites intransponíveis” (n.º 24) do que é competência exclusiva dos ministros ordenados. Daí que, “nos casos em que vier a ser confiada a fiéis não ordenados a participação no exercício do cuidado pastoral da paróquia, deve ser necessariamente constituído como moderador um sacerdote, com o poder e os deveres de pároco” (n.º 24).

Não se pense, contudo, que não é reconhecida a importância da cooperação dos fiéis leigos na paróquia. Afirmar-se claramente que “os pastores devem reconhecer e promover os múnus e as funções dos

fiéis leigos” (n.º 24), e encoraja-se a constituição do Conselho Pastoral Paroquial, não para substituir nem condicionar o pároco, mas para “servir a ordenada cooperação dos fiéis no desenvolvimento da actividade pastoral própria dos presbíteros”, no “âmbito das relações de serviço recíproco entre o pároco e os seus fiéis” (n.º 26). Não há dúvida de que se valorizam os fiéis leigos e a sua participação activa na vida da comunidade paroquial, mas numa preocupação de serem superados “tanto o perigo da clericalização dos leigos como o da secularização dos ministros ordenados” (n.º 7), o autoritarismo extemporâneo do pároco e o democratismo (cfr. n.º 18).

A Instrução assume o quadro global da visão conciliar da Igreja como povo de Deus e comunhão de todos os fiéis em Cristo e no Espírito, mas sublinha a identidade mistérico-sacramental do pároco e a sua autoridade. A figura de pároco delineada é a tradicional do “cura de almas” mas já com alguns traços de modernidade, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento da necessária colaboração dos leigos. Insiste na “fidelidade à disciplina”, mas esquece o incentivo à ousadia no empenho na nova evangelização. Percebe-se que há a preocupação de responder a determinados exageros ou desvios com a participação de fiéis não ordenados em responsabilidades pastorais, mas acaba por não se encarar os problemas da liderança pastoral das muitas paróquias sem pároco e a dificuldade de os párocos fazerem face às exigentes tarefas que têm que desempenhar, por vezes em grandes ou em múltiplas paróquias.

O tom e o estilo do documento são de ordem doutrinal e jurídica, bastante longe da linha existencial e envolvente que encontramos na exortação “Pastores Dabo Vobis” e na carta apostólica “Novo Millennio Ineunte”, ambas do Papa João Paulo II. Se é verdade que a Instrução, por um lado, vem em ajuda do pároco, clarificando e reforçando a sua missão e autoridade face à colaboração de outros ministérios, por outro, pode ter o efeito de paralisar a participação co-responsável desses mesmos ministérios, pondo em causa legítimas medidas pastorais que bispos e párocos tomaram para fazer face a situações, por vezes angustiantes, da falta de padres e consequentemente de impossibilidade de garantir a animação pastoral de muitas comunidades. Esperamos que os pastores saibam colher o lado positivo da Instrução, fazendo dela uma leitura inteligente, com discernimento e sentido pastoral, e não limitativa e embaraçosa da sua missão de bem servir as comunidades paroquiais.

*Pe. Jorge Manuel Faria Guarda
Vigário-Geral da Diocese de Leiria
In “Agência Ecclesia”, nº 888 – Pag. 8*

Faz-te ao largo!

A tua palavra, lançarei as redes! (cf. Lc 5, 4s)

PARA OS
MAIS NOVOS

É TEMPO DE NATAL !...

*O toque dos sinos atrai a nossa
atenção. Dizem-nos que é tempo
especial.*

Os sinos dizem-nos:

*Pára um pouco de pensar nas
compras...*

Pára um pouco de pensar nos presentes...

Pára um pouco de esperar o pai natal...

Tudo o que precisas já o tens: JESUS!

Por isso salta, grita, canta... faz a festa!

Diz a todos, como fizeram os pastores:

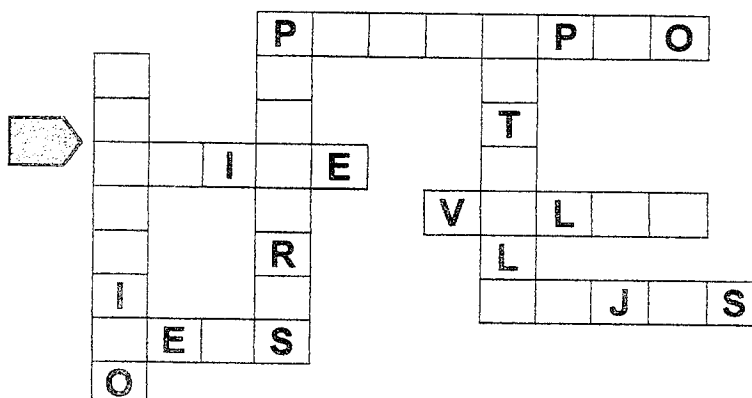
*O Rei da paz nasceu! É o Menino das palhinhas, o
filho de Maria!*

Sejamos amigos! Sejamos irmãos ...porque...



É Natal !...

Descobre aqui ao
lado palavras
relacionadas com o
NATAL.



Faz-te ao largo !...
em-te ao largo !...

A tua palavra, lançarei as redes! (cf. Lc 5, 4s)

NOTA PASTORAL

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA

O TRABALHO NA SOCIEDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Introdução

1. Na Carta Pastoral *A Igreja na sociedade democrática*, dizíamos a terminar: "Na medida em que as circunstâncias o sugiram ou exijam, é previsível que nos venhamos a pronunciar sobre outras áreas da realidade portuguesa, tais como: sistema educativo, economia, problemática do trabalho e do emprego, promoção e defesa do ambiente, globalização e corresponsabilidade internacional"

No actual período da sociedade portuguesa, em que está em curso o processo de aprovação do Código do Trabalho, adaptado às novas circunstâncias do contexto social, a Igreja não poderia deixar de trazer o seu contributo para a reflexão sobre o trabalho, uma dimensão fundamental da existência humana sobre a terra.

Já noutras ocasiões nos debruçámos sobre esta problemática, como em 1982, a propósito da encíclica social *Laborem Exercens*. Voltamos hoje a esse tema para ajudar a todos e aos cristãos, em particular, a fazer uma leitura das questões em debate à luz dos princípios da Doutrina Social da Igreja.

Reconhecemos a autonomia própria e correctamente entendida das "realidades terrenas". Não iremos debruçar-nos sobre os aspectos técnicos ou de pormenor do documento governamental. Mas a nossa solicitude pastoral leva-nos a intervir neste processo, propondo princípios de reflexão, critérios de discernimento e interpelações à acção, contidos no ensinamento da Igreja em matéria social, por forma a iluminar algumas questões emergentes do debate.

Contexto sócio-económico

2. Não pretendemos com esta Nota Pastoral abordar todos os problemas da sociedade e do trabalho.

Ao reflectir sobre o lugar do trabalho humano na sociedade, em geral, e na economia, em particular, não se deve pedir ao texto legislativo em apreço mais do que o mesmo pode dar. Até mesmo alguns aspectos fundamentais da chamada "questão social", se bem que interessem directamente ao trabalho, pertencem ao contexto económico, político e cultural, que condiciona, à partida, qualquer código. Importa, por isso, alargar o âmbito desta reflexão também àqueles outros aspectos contextuais.

3. A evolução económico-social exige um Código do Trabalho adaptado às novas circunstâncias, com uma concepção que tenha verdadeiramente presentes as dimensões éticas e sociais inerentes ao mundo do trabalho. A legislação faz parte de um corpo vivo da sociedade no sentido de regular as normais relações de trabalho, num conjunto de direitos e deveres, que impliquem todos os intervenientes. (...)

A economia ao serviço do homem

5. Uma vez que, mediante o trabalho, o homem deve ganhar o pão de cada dia, a ordem social do trabalho é indissociável da ordem económica. Desde sempre, uma e outra se influenciaram reciprocamente. Nos tempos mais recentes, porém, tem sido a última a condicionar, cada vez mais fortemente, a primeira. Esta a razão por que a apreciação do Código do Trabalho deverá começar por uma reflexão sobre a ordem económica vigente.

A Igreja tem a firme convicção de que "o homem é o protagonista, o centro e o fim de toda a vida económico-social".

Esta afirmação, aparentemente consensual, só ganha o seu verdadeiro significado quando o termo «homem» é entendido em sentido universal: todos os seres humanos. Quer isto dizer que a vida económico-social deverá ser concebida de modo a

que todos os homens e mulheres participem dos benefícios e dificuldades resultantes da actividade económica, segundo os princípios da justiça e da equidade. Nunca será admissível que aqueles que menos têm em tempos de prosperidade sejam os que, proporcionalmente, mais sofram em tempos de crise. (...)

A dignidade do trabalho

8. O homem é imagem de Deus e, pelo trabalho, cumpre o mandato, recebido do Criador, de submeter e dominar a terra (Gen 1,28). Esta circunstância tem duas implicações de extrema importância: trata-se de um atributo universal, aplicável a todos os homens e mulheres, sem excepção; traz a exigência de que essa qualidade seja respeitada em todas as fases do progresso económico e cultural. (...)

À luz deste princípio fundamental do trabalho como factor indispensável da realização do homem como pessoa, há aspectos que merecem uma atenção particular e que pertencem ao âmbito da *ordem social do trabalho*: a duração do desemprego, os grupos etários mais atingidos, a situação relativa entre homens e mulheres, as possibilidades efectivas de requalificação e reconversão, a frequência de empregos precários, a termo, mal remunerados ou oferecendo condições humanamente degradantes. Apesar de na Europa não ocuparmos os últimos lugares na taxa de desemprego, não podemos ficar descansados.

O trabalho é uma vocação universal que permite ao homem "tomar-se mais homem" e as condições do trabalho não podem degradar a dignidade da pessoa.

Há que dar atenção particular à família, às novas formas de trabalho e às iniciativas que possibilitem aos jovens encarar o futuro com mais esperança.

Trabalho e direitos da família

9. No que respeita à relação entre trabalho e direitos da família, é patente que a organização geral do trabalho não conseguiu ainda ajustar-se às exigências da vida familiar dos nossos dias. Os horários de trabalho estão definidos para pessoas que não têm de aplicar uma parte do seu tempo diário em tarefas familiares, seja no cuidar dos filhos, no estabelecer a cooperação entre a família e a escola, ou no prestar a necessária assistência a familiares idosos ou dependentes. Não se trata apenas de prever licenças ou dispensas com aquelas finalidades, mas de permitir que homens e mulheres com responsabilidades que requerem um tempo especificamente consagrado à família possam também ter um emprego regular. Por outro lado, continua sem atribuição de valor económico, e por isso sem remuneração, todo um conjunto de tarefas domésticas, muitas vezes exigentes em tempo, energia e disponibilidade, cujo contributo para o bem-estar e progresso da sociedade não tem sido devidamente reconhecido.

O bem estar mínimo da família articula-se com condições de estabilidade do trabalho. A introdução de novas tecnologias permite diminuir o horário de trabalho para dar mais tempo à vida familiar, cultural, social e religiosa, possibilitando ainda que o trabalho seja mais partilhado com outros trabalhadores.

Trabalho sem remuneração

10. Cabe aqui uma referência a um novo conceito de trabalho. O trabalho assalariado, tal como existe hoje, não poderá ser, no futuro, o único meio de subsistência do trabalhador.

Há que considerar outras áreas que actualmente não são remuneradas, nem abrangidas pela Segurança Social, como o trabalho em casa (lides domésticas, educação dos filhos, cuidado de idosos e doentes) e parte do trabalho que hoje é realizado por voluntários (na cultura, na saúde, no desporto).

Faz-te ao largo!

A tua palavra, lançarei as redes! (cf. Lc 5, 4s)

NOTA PASTORAL

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA
♦ O TRABALHO NA SOCIEDADE EM TRANSFORMAÇÃO ♦

Continuação da Página oito

Responsabilidade de trabalhadores e empresários na produtividade

11. É geralmente reconhecido que uma apreciável melhoria da produtividade é condição indispensável à participação satisfatória, e até à simples sobrevivência, das empresas portuguesas nos mercados, hoje altamente competitivos, da Europa e do mundo. A baixa produtividade constitui uma das preocupações acerca do desempenho laboral na economia portuguesa. Todavia, não seria correcto nem justo atribuir a baixa produtividade da nossa economia apenas ao comportamento dos trabalhadores. Diversos outros aspectos, tais como a organização do trabalho, a modernização das empresas, os métodos de gestão, baixos níveis de qualificação, quer dos trabalhadores quer dos empresários, pesam bem mais no conjunto dos factores explicativos da baixa produtividade.

O trabalhador não pode ser considerado como mero instrumento e factor de produção. É preciso criar condições de adequação do trabalho aos atributos específicos do ser humano, para que o trabalhador e a trabalhadora possam exercer as suas qualidades de seres inteligentes e livres, dotados de criatividade, responsabilidade, iniciativa, capacidade de decisão e solidariedade. Numa palavra, para que possam sentir-se *conscientes de trabalhar «por sua conta»*

Todo o agente económico é sujeito de direitos e deveres. No caso do trabalho, deve ser tida em conta a responsabilidade de todos na produção e no esforço em criar trabalho, na justa avaliação e penalização.

Há que contrariar o *absentismo*, muitas vezes encoberto por processos fraudulentos. (...)

A empresa como comunidade de pessoas

13. A empresa é constituída por "pessoas que se associam, isto é, homens livres e autónomos, criados à imagem de Deus. Por isso, tendo em conta as funções de cada um – proprietários, empresários, dirigentes ou operários – e salva a necessária unidade de direcção, promova-se, segundo modalidades a determinar convenientemente, a participação activa de todos na gestão das empresas". Está aqui o fundamento da nobreza da missão do empresário, do detentor do capital e do gestor, que a Igreja muito aprecia, quando exercida com competência e responsabilidade: missão que se não exerce sem risco e merece adequada retribuição. De igual modo, todos devem participar na gestão da empresa, directamente ou por representantes dos trabalhadores livremente eleitos.

A Igreja vê a empresa na sua finalidade prioritária de gerar comunidades de pessoas e reconhece a justa *função do lucro*, como indicador do bom funcionamento da empresa. O objectivo da empresa, porém, "não é simplesmente o lucro, mas sim a própria existência da empresa como *comunidade de homens* que, de diverso modo, procurem a satisfação das suas necessidades fundamentais e constituem um grupo especial ao serviço de toda a sociedade".

Algumas interpelações

14. Um Código do Trabalho, cuja oportunidade se não põe em causa, deverá traduzir, no contexto sócio-económico do trabalho, a realização da pessoa humana na sua dignidade em solidariedade efectiva com todos os outros seres humanos. Nesse sentido, reiteramos determinados princípios que devem constituir referência fundamental e fonte de inspiração indispensável à definição do quadro legal do trabalho:

- A incomensurável dignidade da pessoa humana, criada à imagem de Deus e chamada a colaborar na acção criadora através do trabalho. A necessidade de melhorar a economia deve envolver solidariamente a pessoa do empresário e do trabalhador, com responsabilidades justas e equitativamente repartidas. Os direitos e os deveres do trabalhador devem ser claramente definidos de modo a que a prática os não anule.
- Tendo em conta o novo contexto económico-social e as novas formas de conceber o vínculo do trabalho, há que garantir a segurança de todos os agentes no campo laboral. A definição das condições do trabalho não deve colocar ninguém na situação de mero instrumento.
- A necessidade da produtividade, que deve ser vista no conjunto de todos os elementos que a condicionam, envolve a todos. Por isso, não é objectivo endossá-la apenas a uma das partes, os trabalhadores ou os dadores do trabalho.
- A necessidade de considerar a empresa como comunidade de pessoas, em que colaboram e participam todos os seus elementos, de forma individual e associada. Aos sindicatos, às comissões de trabalhadores, às associações empresariais e a outras formas associativas deve ser reconhecido um papel de intervenção. A legislação laboral deve garantir o associativismo como fonte de realização da pessoa e a empresa como autêntica comunidade de pessoas com funções distintas mas complementares, todos capazes de participar activamente da vida da empresa.
- A necessidade de defender os direitos da família, na organização geral do trabalho, promovendo meios ajustados às exigências da vida familiar dos nossos dias, no que respeita ao emprego e justa remuneração, aos horários de trabalho, às condições de estabilidade no trabalho e à disponibilidade para dar mais tempo à vida familiar, cultural, social e religiosa.

Conclusão

15. Num momento em que se vive um clima de confronto social, nem sempre construtivo nem dialogante, a procura persistente de respeito mútuo, de diálogo social, de negociação e de concertação social deve ser o caminho privilegiado para todos os parceiros sociais – trabalhadores, empresários e governo –, de modo a encontrarem as justas soluções para os problemas sociais.

Apelamos aos cristãos para que saibam reflectir, analisar e fazer um discernimento das situações e condições do trabalho à luz da Doutrina Social da Igreja. "Às comunidades cristãs incumbe o discernir, com a ajuda do Espírito Santo, em comunhão com os bispos responsáveis e em diálogo com os outros irmãos cristãos e com todos os homens de boa vontade, as opções e os compromissos que convém tomar, para se operarem as transformações sociais, políticas e económicas que se apresentam como necessárias, com urgência, em não poucos casos. Nesta procura diligente das mudanças a promover, os cristãos deverão, antes de mais nada, renovar a sua confiança na força e na originalidade das exigências evangélicas".

Dirigimos idêntico convite a todas as pessoas de boa vontade que vejam na Igreja não apenas uma referência estritamente religiosa, mas também uma comunidade portadora de uma mensagem que ilumina o caminho dos homens.

Fátima, 14 de Novembro de 2002

Faz-te ao largo!

A tua palavra, lançarei as redes! (cf. Lc 5, 4s)

EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

**A toda a Comunidade Paroquial de Santo António dos Cavaleiros,
de um modo particular aos Pais, Encarregados de Educação e Educadores**

O início deste ano escolar tem sido marcado pela polémica acerca da Educação Moral e Religiosa no currículo do 1º Ciclo do Ensino Básico (*Primário*). Ao contrário do que estava legislado desde 1983, lei que foi declarada constitucional pelo respectivo Tribunal, e que incluía a disciplina na carga horária semanal de 25 horas, o decreto-lei 209/2002, de 17 de Outubro, retira essa localização. Cria uma 26ª hora, sem respeito pela legislação em vigor, o que gera obstáculos à normal gestão e coordenação do currículo pelo Professor de Turma e é de impossível aplicação prática generalizada. No *Boletim Informativo de Outubro* da nossa Paróquia esta questão foi tratada num artigo com o título: "*Quem decide a Educação dos nossos filhos?*" e em 14 de Novembro os Bispos portugueses reunidos em Assembleia Plenária, ratificaram e assumiram a posição do Presidente da Conferência Episcopal, D. José Policarpo, tentando "*esclarecer algumas confusões patentes na discussão pública que o assunto provocou.*"

Perante esta situação não podemos ficar calados e muito menos cruzar os braços. Por isso a nível nacional decorre uma campanha de mobilização coordenada pelo *Secretariado Nacional da Educação Cristã*, para que de um modo particular os Pais e Educadores façam valer os seus direitos na escolha da educação que querem para os seus filhos. A nossa Paróquia não pode deixar de se envolver nesta mobilização, deixando de assegurar a presença e o trabalho de várias pessoas que voluntariamente em nome da Paróquia e de muitas professoras e professores ao longo dos anos têm assegurado a EMRC nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico da nossa freguesia, estando à vista os frutos desse trabalho que coloca a nossa Paróquia entre as primeiras, na Diocese de Lisboa, no número de alunos inscritos nessa disciplina, recordando ainda, de um modo particular, a abertura e disponibilidade das próprias escolas para essa presença e esse trabalho.

Neste contexto propomos como primeira acção, que já iniciámos a 23 de Novembro, associarmo-nos à recolha de assinaturas a nível nacional, de um modo particular dos Pais, com uma Petição dirigida ao Senhor Primeiro Ministro com o seguinte conteúdo:

PETIÇÃO A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR PRIMEIRO MINISTRO SOBRE A EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA NA ESCOLA DO ESTADO

Senhor Primeiro Ministro,
Excelência

Na nossa qualidade de Pais, Encarregados de Educação e educadores responsáveis, cientes do direito e dever de educação dos filhos conferido aos pais pela Constituição da República (artº 36º, nº5), como também da obrigação constitucional do estado em cooperar com os pais na educação dos filhos (artº 67º, alínea c), e da prioridade de escolha pelos pais do género de educação a dar aos filhos (Declaração Universal dos Direitos do Homem, artº 16º, nº 2), solicitamos a intervenção de V.ª Excelência no sentido de que, de acordo com o seu verdadeiro carácter curricular disciplinar, seja devolvido à Educação Moral e religiosa o tratamento em pé de igualdade com as demais disciplinas, o que implica a inclusão da sua leccionação na carga horária semanal lectiva, desde o 1º Ciclo, pela regulamentação clara ou pela revisão do decreto-lei 209/2002, de 17 de Outubro, que a veio alterar.

As assinaturas (*feitas com o nome completo legível, de acordo com o Bilhete de Identidade e o número deste*) devem ser feitas, numa folha própria, na Secretaria da Igreja Paroquial.

Que não fiquemos indiferentes, contamos com o empenho e o entusiasmo de todos, sobretudo dos Pais, Encarregados de Educação e Educadores, por esta causa e por este direito que nos assiste!

Passe pela Secretaria da Igreja Paroquial e assine esta petição!

Faz-te ao largo!...

A tua palavra, lançarei as redes! (cf. Lc 5, 4s)

LITURGIA DA PALAVRA

1 de Dezembro – I DOMINGO DO ADVENTO

" Senhor nosso Deus, fazei-nos voltar, mostrai-nos o Vosso rosto e seremos salvos. "
" Mostrai-nos, Senhor, a Vossa misericórdia e dai-nos a Vossa salvação. "

1ª Leitura: Is 63, 16 – 17. 19; 64, 2 – 7 Sl: 79 2ª Leitura: 1 Cor 1, 3 – 9 Evangelho: Mc 13, 33 – 37

8 de Dezembro – II DOMINGO DO ADVENTO

IMACULADA CONCEIÇÃO DA VIRGEM SANTA MARIA - SOLENIDADE

" Cantai ao Senhor um cântico novo: O Senhor fez maravilhas. "
" Ave, Maria, cheia de graça, o Senhor é convosco, bendita sois Vós, entre as mulheres. "

1ª Leitura: Gen 3, 9 – 15. 20 Sl: 97 2ª Leitura: 2 Pedro 3, 8 – 14 Evangelho: Lc 1, 26 – 38

15 de Dezembro – III DOMINGO DO ADVENTO

" Exultai de alegria no Senhor. "
" O Espírito do Senhor está sobre mim: Enviou-me a anunciar a Boa Nova aos pobres... "

1ª Leitura: Is 61, 1 – 2. 10 – 11 Sl: Lc 1, 46 – 48. 49 – 50. 53 – 54 2ª Leitura: 1 Tes 5, 16 – 24 Evangelho: Jo 1, 6 – 8. 19 – 28

22 de Dezembro – IV DOMINGO DO ADVENTO

" Cantarei eternamente as misericórdias do Senhor. "
" Amanhã cessará a malícia na terra e reinará sobre nós o Salvador do mundo. "

1ª Leitura: 2 Sam 7, 1 – 5. 8 – 12. 14. 16 Sl: 88 2ª Leitura: Rom 16, 25 – 27 Evangelho: Lc 1, 26 – 38

24 de Dezembro – VIGILIA DO NATAL DO SENHOR

" A sua mensagem ressoou por toda a terra. "
" Nós Vos louvamos, ó Deus; nós Vos bendizemos, Senhor. O coro glorioso dos Apóstolos canta os vossos louvores. "

1ª Leitura: Is 62, 1 – 5 Sl: 88 2ª Leitura: Act 13, 16 – 17. 22 – 25 Evangelho: Mt 1, 1 – 25

25 de Dezembro – NATAL DO SENHOR - SOLENIDADE

MISSA DA MEIA NOITE

" Hoje nasceu o nosso Salvador, Jesus Cristo Senhor. "
" Anuncio-vos uma grande alegria: nasceu o nosso Salvador, Jesus Cristo Senhor! "

1ª Leitura: Is 9, 1 – 6 Sl: 95 2ª Leitura: Tit 2, 11 – 14 Evangelho: Lc 2, 1 – 14

MISSA DO DIA

" Todos os confins da terra viram a salvação do nosso Deus. "
" Santo é o dia que nos trouxe a luz. Vinde e adorai o Senhor! Hoje uma grande luz desceu sobre a Terra! "

1ª Leitura: Is 52, 7 – 10 Sl: 97 2ª Leitura: Hebr. 1, 1 – 6 Evangelho: Jo 1, 1 – 18

29 de Dezembro – DOMINGO DA SAGRADA FAMÍLIA - Festa

" Felizes os que esperam no Senhor, e seguem os seus caminhos. "
" Reine em vossos corações a paz de Cristo, habite em vós a Sua palavra. "

1ª Leitura: 1 Sir 3, 3 – 7. 14. 17 Sl: 127 2ª Leitura: Col 3, 12 – 21 Evangelho: Mt 2, 13 – 15. 19 – 23

AGENDA

DEZEMBRO

1 – I DOMINGO DO ADVENTO

Retiro de Catequistas (Casa do Gaiato)

3 – Terça-feira

Reunião de Vigários

5 – Quinta-feira

Reflexão sobre a Liturgia da Palavra de domingo (19,15 h)
 Ulreia dos Cursilhos de Cristandade (21,30 h)

6 – Sexta-feira

Adoração do Santíssimo (21,30 h)

8 – II DOMINGO DO ADVENTO

IMACULADA CONCEIÇÃO – Solenidade

Festa da Bíblia – III Catecismo (10,15 h)

Reunião do MEV (16,00 h)

10 – Terça-feira

Centro de Preparação para o Baptismo (21,15 h)

11 – Quarta-feira

Formação Cristã para Adultos (21,30 h)

12 – Quinta-feira

Reflexão sobre a Liturgia da Palavra de domingo (19,15 h)

25º Aniversário do Acoroamento 495

13 – Sexta-feira

Adoração do Santíssimo (17,30 h)

Celebração Penitencial Comunitária (21,30 h)

14 – Sábado

Reunião da Confraria de N.ª S.ª do Carmo (17,00 h)

Celebração Solene do 25º Aniversário do Agr. 495 (18,30)

15 – III DOMINGO DO ADVENTO

FESTA DE NATAL DA CATEQUESE (15,30 h)

17 – Terça-feira

Centro de Preparação para o Baptismo (21,15 h)

18 – Quarta-feira

Formação Cristã para Adultos (21,30 h)

19 – Quinta-feira

Reflexão sobre a Liturgia da Palavra de domingo (19,15 h)

Ulreia dos Cursilhos de Cristandade (21,30 h)

22 – IV DOMINGO DO ADVENTO

25 – Quarta-feira

NATAL DO SENHOR - Solenidade

29 – Domingo DA OITAVA DE NATAL

SAGRADA FAMÍLIA

QUADRA NATALÍCIA
HORÁRIO DAS MISSAS

22 de Dezembro

09.00 – 10.15 – 11.30 – 18.30

25 de Dezembro

00.00 – Missa da Meia Noite

10.15 – 11.30 – 18.30

29 de Dezembro

09.00 – 10.15 – 11.30 – 18.30

1 de Janeiro

10.15 – 11.30 – 18.30

Comunidade em Movimento. SUGERE-TE:

Acolhe Jesus que vem e, na festa do seu amor, anuncia a sua salvação!

Coordenação: Frei Fernando Araújo, Abílio Casaleiro, Agnelo Noronha, Altamiro Figueira, Dimas Pedrinho, Hugo Gomes, Marina Ferreira, Sónia Ferreira.

Colaboradores Permanentes: Artur Morão, Luís Figueiredo, Manuel Carvalho, Rosa Churro

Impressão: Barata & Paula, Lda Tiragem: 1000 Exemplares

Propriedade: FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE STO. ANTÓNIO DOS CAVALEIROS - Av. Francisco Pacheco - 2671 - 801 SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS - Tel. 219 884 366

INTERNET: - www.paroquia-sac.web.pt

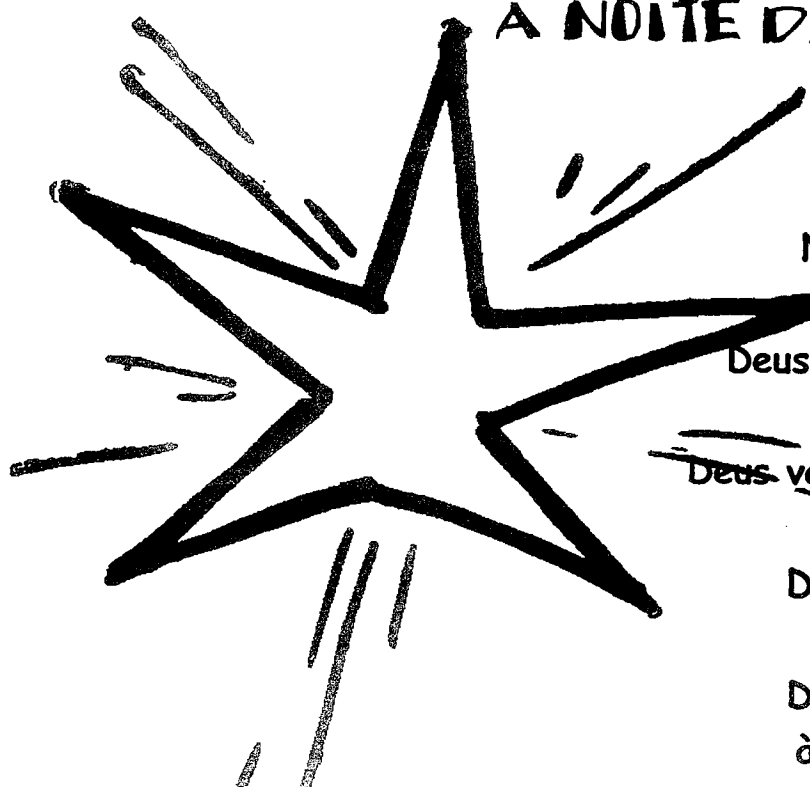
EMAIL: paroquia.sac@mail.pt

EMAIL: comunidade.movimento@mail.pt

Enz-te ao largo!

A tua palavra, lançarei as redes! (cf. Lc 5, 4s)

A NOITE DA GRANDE LUZ



Alegria na terra!
 Na nossa noite, a luz veio...
 Acabou a noite do egoísmo:
 Deus vem para tudo dar a todos!
 Acabou a noite do medo:
 Deus vem para ficar ao nosso lado!
 Acabou a noite do ódio:
 Deus vem para semear a paz!
 Acabou a noite da solidão:
 Deus vem para nos congregar
 à volta do fogo do seu amor!
 Não temais: a noite acabou!
 É Natal: Jesus Cristo nasceu na noite.

Vinde todos,
 dos vossos campos e cidades, aproximai-vos!
 Neste pequeno berço, que maravilha:
 está a luz de Deus!
 Sobre a palha repousa a Luz que brilhará
 como um eterno Sol sobre os habitantes da terra!
 Nesta criança que nasceu para nós,
 neste recém-nascido que nos foi dado,
 está o resplandecente Rosto de Deus
 a sorrir a todos os habitantes da terra!
 Verdadeiramente, nosso Deus e Senhor,
 que grande alegria para todos nós!
 A noite já não é a noite, é a grande Luz,
 porque para sempre Tu vens habitar
 connosco na nossa terra e na nossa vida!

A PARÓQUIA DE SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS DESEJA A TODOS

Santo e Feliz Natal

Faz-te ao largo!...

A tua palavra, lançarei as redes! (cf. Lc 5, 4s)